



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

POBREZA E INSEGURANÇA ALIMENTAR: retratos do Brasil no governo Bolsonaro

MARCIA PEREIRA DA SILVA CASSIN ¹

RESUMO: Este artigo discorre sobre o aumento da pobreza e da fome no governo Bolsonaro, buscando reconstituir os determinantes conjunturais externos e internos que incidem sobre este quadro. Assim, recupera de forma breve os processos políticos e econômicos que conduziram à implementação do ultraneoliberalismo no Brasil e seus impactos sobre a expropriação dos direitos e o acirramento da superexploração da força de trabalho. Na sequência, aborda a relação entre o padrão de reprodução do capital e o empobrecimento da classe trabalhadora na atual fase da dependência.

Palavras-chave: Capitalismo dependente; governo Bolsonaro; pobreza.

ABSTRACT: This article discusses the increase in poverty and hunger in the Bolsonaro government, seeking to reconstitute the external and internal conjunctural determinants that affect this situation. Thus, it briefly

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

recovers the political and economic processes that led to the implementation of ultra-neoliberalism in Brazil and its impacts on the expropriation of rights and the intensification of the overexploitation of the workforce. Next, it addresses the relationship between the pattern of capital reproduction and the impoverishment of the working class in the current phase of dependence.

Keywords: Dependent capitalism; Bolsonaro government; poverty.

1. INTRODUÇÃO

A paradoxal cena de pessoas revirando caminhões de lixo em busca de comida naquele que é o terceiro maior país produtor de alimentos no mundo é um retrato emblemático da herança do governo Bolsonaro. A histórica desigualdade social que caracteriza a formação social brasileira desde suas origens foi aprofundada em meio à maior tragédia sanitária de nosso tempo. A pandemia de Covid-19, com seu rastro destruidor e implacável, tratou de deixar nítido para os desavisados o tamanho do abismo de classes que separa um pequeno grupo de privilegiados do restante dos “de baixo”. Ao intensificar a agenda ultraneoliberal de austeridade e contrarreformas, em favor do grande capital portador de juros, Bolsonaro e seus comparsas empurraram o país de volta ao mapa da fome.

Este artigo recupera as recentes transformações no cenário político e econômico processadas a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, enquanto

estratégias para adequar o país à nova dinâmica do mercado mundial que se abriu com a crise de 2008. Em um primeiro momento, desenvolve uma análise sobre o estabelecimento das bases do projeto ultraneoliberal no governo golpista de Temer e seu aprofundamento no governo Bolsonaro, em meio ao cenário pandêmico. Em seguida, busca reconstituir as mediações entre o atual padrão de reprodução do capital e o rebaixamento do nível de vida da força de trabalho no capitalismo dependente. Parte-se da hipótese de que o empobrecimento da classe trabalhadora e a intensificação da superexploração da força de trabalho respondem à necessidade de contrarrestar a queda da taxa de lucro no contexto de crise estrutural do capital.

2. CRISE, ULTRANEOLIBERALISMO E PANDEMIA: BREVE PANORAMA DO BRASIL RECENTE

A implementação do ajuste neoliberal no Brasil, iniciada por Collor de Melo e consolidada por Fernando Henrique Cardoso, constituiu o marco de inserção do país na chamada “nova” ordem internacional comandada pelo capital financeiro. No curso desse processo, operou-se uma verdadeira contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008), cujos dispositivos aceleraram o desmonte do parque industrial brasileiro e aprofundaram a dependência em face dos centros imperialistas. A instituição de um programa de privatizações e a abertura comercial e financeira ampliaram a vulnerabilidade externa e a desnacionalização da economia. Em complemento a tais desmontes, a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada nos anos 2000, estabeleceu a geração de superávit primário para o pagamento dos credores da dívida pública como a prioridade dos governos neoliberais, os quais passaram a adotar mecanismos de ajuste fiscal voltados para o corte dos gastos sociais.

A chegada do PT à presidência da República não representou uma mudança de rota no ajuste neoliberal, embora tenha se registrado, durante os dez primeiros anos de governo, uma melhoria nos indicadores econômicos e sociais. Esta melhoria esteve

relacionada à presença de uma conjuntura internacional favorável, assentada na elevação do preço das *commodities* e em uma considerável entrada de capital externo, o que possibilitou o controle da inflação e o acúmulo de reservas internacionais (CARCANHOLO, 2018). Em tal contexto, os governos do PT combinaram o investimento público em infraestrutura, transferência de renda e acesso ao crédito com a manutenção do receituário neoliberal e o aprofundamento da especialização produtiva. Aliada a outros elementos como a redução do desemprego, o aumento do salário-mínimo e a expansão do crédito ao consumidor, a ampliação do programa Bolsa Família possibilitou uma mudança nas condições materiais de vida dos trabalhadores mais pobres, que passaram à condição de consumidores e a constituir uma nova base eleitoral de apoio para o PT a partir de 2006 (SINGER, 2012).

Além do apoio obtido por parte dos beneficiários dos programas de transferência de renda, o pacto social operado pelos governos do PT também contou com a anuência do grande capital monopolista e de determinadas organizações sindicais, o que viabilizou uma forma de dominação burguesa fundada no apassivamento da classe trabalhadora: a democracia de cooptação (FERNANDES, 2005; IASI, 2017). O longo período de estabilidade política decorrente deste pacto social foi rompido quando os efeitos da crise de 2008 começaram a se abater sobre a economia brasileira. Desde então, as manifestações de massa deflagradas pela juventude do Movimento Passe Livre a partir de junho de 2013 evidenciaram o descontentamento geral com os rumos do país e o esgotamento das bases políticas da democracia de cooptação. A oposição de direita, com o apoio da grande imprensa, passou a fomentar uma dura campanha contra o PT, a qual esteve amparada nos escândalos de corrupção descobertos pela Operação Lava Jato. A vitória eleitoral apertada de Dilma Rousseff em 2014 foi seguida por numerosas manifestações encabeçadas por organizações de direita, que forneceram o suporte político e ideológico para a escalada golpista (DEMIER, 2017).

Em sintonia com o movimento mais amplo da acumulação capitalista em nível mundial, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 foi a solução encontrada pela burguesia brasileira para deter a instabilidade política e conter a recessão

econômica, por meio da imposição de uma agenda ultraneoliberal de ataques às políticas sociais e aos direitos trabalhistas. As diretrizes econômicas do governo golpista de Michel Temer já se apresentavam no documento “Uma ponte para o futuro”, elaborado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no ano anterior ao golpe, cujo carro-chefe era a proposta de um “novo regime fiscal”. Nos dizeres de Antunes (2020, p. 291), em tal documento já se anunciava a “trípode destrutiva a ser implementada nos trópicos: privatizar o que ainda não o foi (destacando-se o pré-sal como vital); impor o negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, [...] e, por fim, implementar a flexibilização total das relações de trabalho”.

Os impactos da crise de 2008 dissolveram a conjuntura externa favorável que possibilitou os governos de conciliação de classes, na medida em que desencadeou uma fuga dos capitais estrangeiros investidos, seja pela via especulativa ou por meio do investimento externo direto, bem como uma queda no volume das exportações de produtos primários. Em resposta a este quadro recessivo, adotou-se um ajuste recessivo com vistas a reequilibrar as contas internas e garantir a estabilização macroeconômica, o que conformou uma nova etapa neoliberal: o ultraneoliberalismo.

Uma das primeiras medidas do governo Temer foi a instituição da Emenda Constitucional 95 (EC 95/2016), que instaurou o Novo Regime Fiscal e o congelamento das despesas primárias por 20 anos. A partir da aprovação da EC 95, os gastos sociais com saúde, previdência social, assistência social, educação, cultura, saneamento, desenvolvimento agrário, ciência e tecnologia, habitação, infraestrutura, dentre outros, ficaram congelados até 2036, sendo limitados às despesas executadas em 2016 e só podendo ser corrigidos anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em razão deste congelamento, nem mesmo em conjunturas econômicas mais favoráveis, o aumento da arrecadação estatal poderá ser revertido na ampliação e aperfeiçoamento das políticas sociais. Com a imposição de um teto de gastos, o aumento das despesas em determinada área implica, necessariamente, o corte em outras. Soma-se a este ataque ao fundo público a aprovação da EC 93/2016, que

elevou a DRU a 30% e prorrogou sua vigência até o ano de 2023.

Se o novo regime fiscal garantiu a redução dos gastos estatais destinados à reprodução social dos trabalhadores, na forma de salários indiretos, a contrarreforma trabalhista instituída em 2017 tratou de rebaixar ainda mais o valor da força de trabalho e elevar as taxas de exploração. Entre os numerosos ataques à classe trabalhadora contidos na contrarreforma, destacam-se a lei da Terceirização, a instituição da prevalência do negociado sobre o legislado e a fragilização dos vínculos contratuais. Sob a retórica de que a redução dos custos trabalhistas incentiva a formação de novos postos de trabalho, o governo Temer promoveu um recuo ao passado de nossa história, apagando anos de luta da classe trabalhadora brasileira pela conquista de melhores condições de trabalho. A contrarreforma trabalhista instituiu uma falsa dicotomia entre “direitos ou empregos”, como se a crise econômica derivasse do excesso de garantias legais de proteção aos trabalhadores. Passados quase cinco anos desde sua aprovação, pode-se constatar que, além de não promover mais empregos, a contrarreforma aumentou o número de vínculos de trabalho informais.

As medidas adotadas pelo governo Temer traduziram uma tentativa de contrarrestar a queda da taxa de lucro por meio do aumento da exploração, redução dos salários e elevação da superpopulação relativa, acentuando os efeitos da superexploração da força de trabalho no Brasil. O novo regime fiscal e a contrarreforma trabalhista prepararam o terreno para a avalanche de austeridade fiscal e ataques aos direitos e políticas sociais processada no governo subsequente.

A eleição de Bolsonaro em 2018 ocorreu sob uma conjuntura política polarizada e assimétrica. No início daquele ano, o ex-presidente Lula, que liderava as pesquisas de intenção de voto, foi condenado e preso em tempo recorde pela Operação Lava Jato, ante a acusação de corrupção e lavagem de dinheiro, um processo eivado de irregularidades que seria anulado três anos depois. À prisão de Lula e ao posterior impedimento de sua candidatura, somaram-se outros acontecimentos como o assassinato político da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, em março de 2018 (ainda não esclarecido); a propagação massiva de fake news bancadas por contratos milionários de

empresários; e a invasão de universidades públicas, centros acadêmicos e sindicatos docentes, sob o pretexto de combater “propaganda política”. Foi nesse contexto que Bolsonaro foi eleito presidente da República com o voto de 57,8 milhões de brasileiros.

A partir de então, em consonância com a tendência mundial de ascensão de governos de extrema-direita, o governo golpista de Temer deu a lugar a um governo de traços neofascistas. Löwy (2020, p. 14) reforça esta caracterização do governo Bolsonaro, posto que o termo “conservadorismo”, muito em voga no Brasil, é insuficiente para abarcar todas as determinações do fenômeno bolsonarista: “não se trata de uma corrente conservadora, no sentido tradicionalista da palavra, nostálgica do passado, mas de um autoritarismo violento, moderno, geralmente neoliberal”. O termo neofascista se justifica, então, pela presença de traços fascistas sem que estes sejam necessariamente uma reprodução do passado.

Sob o comando do ministro da economia Paulo Guedes, um rebento da Escola de Chicago, Bolsonaro deu início à implementação de uma agenda econômica ultraneoliberal, centrada na intensificação da exploração do trabalho, na ampliação da transferência de valor para os centros imperialistas e no aprofundamento do saque ao fundo público para o pagamento dos credores da dívida pública. Já no início do mandato, o governo federal apresentou a proposta de uma contrarreforma da previdência, aprovada em outubro de 2019, na forma da EC 103/2019. A nova contrarreforma da previdência ampliou o tempo mínimo de contribuição para 40 anos, para receber o benefício correspondente ao valor integral dos salários dos trabalhadores ativos; aumentou a idade mínima para aposentadoria para 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) e elevou o tempo de contribuição para 15 e 20 anos, respectivamente; aumentou a idade e tempo de contribuição para a aposentadoria dos professores (25 anos de contribuição e 57 anos de idade, se mulher e 60 anos de idade, se homem) e reduziu o valor das pensões.

O desmonte da política de previdência foi seguido de novos ataques aos direitos do trabalho. Com o argumento de estimular o primeiro emprego para jovens trabalhadores, de 18 a 29 anos de idade, Bolsonaro instituiu a Medida Provisória (MP) 905/2019, ou a MP do contrato de trabalho “verde e amarelo”. Trata-se de uma

modalidade de contrato de trabalho precário, que intensifica a jornada de trabalho; flexibiliza mecanismos de fiscalização, registro e punição às infrações; fragiliza ações de saúde e segurança no trabalho; enfraquece o papel dos sindicatos e das negociações coletivas e beneficia os empresários de diversos setores com um pacote de desonerações (DIEESE, 2019). A MP limita o percentual de jovens contratados sob esta modalidade em 20% do quadro de trabalhadores de cada empresa e fixa um tempo máximo de 24 meses para os contratos. A MP, que entrou em vigor em novembro de 2019, recebeu quase duas mil emendas no Congresso e foi revogada em abril de 2020, tendo sido retomada com a aprovação do Projeto de Lei (PL) 5.228/2019, em maio de 2021.

Dando sequência ao pacote de medidas ultraneoliberais, em novembro de 2019 o governo apresentou ao Congresso o Plano Mais Brasil, um conjunto de três propostas de emendas à Constituição voltadas para a “responsabilidade fiscal”. Também integram o rol de austeridade de Guedes e Bolsonaro a proposta de uma “reforma” tributária que, segundo Behring et. al. (2020, p. 107) “poderá descaracterizar profundamente o financiamento, por exemplo, da seguridade social”, e a proposta de uma “reforma” administrativa, que prevê severos ataques aos servidores públicos, como o fim da estabilidade e da ascensão automática na carreira.

Assim como vem ocorrendo desde o início dos anos 1990, todo esse pacote de maldades é imposto à classe trabalhadora brasileira sob o discurso de serem medidas necessárias ao enfrentamento da crise econômica, na esteira do que Mota (2015) denomina “cultura da crise”. O argumento neoliberal é sempre o mesmo: trata-se de uma crise fiscal do Estado e sua resolução passa pelo enxugamento dos gastos sociais e pelo controle das contas públicas. O que se vê, no entanto, é que todo o desmonte dos direitos trabalhistas e da previdência social, bem como o congelamento dos gastos sociais promovidos pela EC 95/2016, não alterou os rumos da recessão econômica. Como demonstra Carcanholo (2020, p. 3), nos anos do governo ilegítimo de Temer, em 2017 e 2018, o crescimento do PIB foi de apenas 1,3%. Desempenho ainda mais medíocre foi registrado no primeiro ano do governo Bolsonaro: “1,1% de crescimento, um saldo positivo da balança comercial (US\$ 39,4

bilhões) ainda menor do que no ano anterior e transações correntes deficitárias em mais de US\$ 50 bilhões (2,76% do PIB), o pior resultado desde 2015”.

Em dezembro de 2019, o IBGE registrou uma taxa de desemprego de 12,2%, o que correspondia a mais de 12 milhões de desempregados. O setor informal (trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria etc.) representava 41,4% da força de trabalho total no Brasil, equivalente a 38,4 milhões de pessoas. Do total de trabalhadores ocupados, mais da metade recebia menos que um salário-mínimo. O mesmo relatório do IBGE aponta que 13,5 milhões de pessoas viviam em situação de pobreza, com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, número equivalente à população de países como Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal (IBGE, 2020).

Se a economia já apresentava indícios de uma profunda recessão ao final do primeiro ano do governo neofascista, a pandemia de SARS-CoV-2, cuja doença é a Covid-19, irrompeu como um tsunami sobre um país já em frangalhos no início de 2020. Descoberto inicialmente na cidade chinesa de Wuhan, em dezembro de 2019, o vírus da Covid-19 rapidamente se espalhou pelo mundo e teve o primeiro caso detectado em solo brasileiro no dia 25 de fevereiro de 2020. Por ser uma infecção respiratória aguda grave que se transmite pelas vias aéreas, a forma mais eficaz de contenção da doença, além das vacinas, é o isolamento social. Acontece que manter os trabalhadores em casa e travar a produção e circulação de mercadorias é uma equação incompatível com a acumulação de capitais. Declarada a pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, as reações iniciais dos governos pelo globo foram díspares e desproporcionais – e vão desde a defesa e adoção imediata de um rígido isolamento social, denominado lockdown, em países como China e Coreia do Sul, até o descaso de alguns governos que negaram a gravidade da doença, comparando-a a uma “gripezinha”, como foi o caso do Brasil.

Com a rápida propagação do vírus e o crescimento galopante do número de casos e mortes, o isolamento social logo se provou necessário. As interrupções na produção e a queda da demanda por mercadorias e serviços, em razão do aumento do desemprego e da desocupação, reduziram drasticamente o ritmo da economia em nível mundial, conduzindo o capitalismo a uma das maiores crises de sua

história. Conforme a precisa análise de Behring (2021, p. 235), “a pandemia é uma espécie de catalisador de tendências de crise mundial do capitalismo que já estavam em andamento” dada a natureza cíclica e instável do capitalismo, que tende a desembocar em períodos de superprodução e superacumulação de capitais. Diante da magnitude da crise, o FMI já estimava uma queda de 3,0% do PIB mundial no ano de 2020, sendo esta “a maior retração desde a grande depressão dos anos 1930” (IPEA, 2020a, p. 1) e apontava para a “necessidade de enfrentar a pandemia aumentando os gastos com saúde e garantindo a famílias e empresas os meios de se manterem durante o período de isolamento social” (Idem, p. 10). Como é próprio ao metabolismo do capital na fase dos monopólios, coube ao Estado a função de socorrer os capitais em tempos de crise, garantindo as condições gerais da produção e reprodução capitalistas.

Em um país governado por um neofascismo ultraneoliberal, irracional e negacionista, contudo, as iniciativas de controle e prevenção da Covid-19 foram tardias, insuficientes e descoordenadas, conduzindo o país a uma tragédia sanitária de dimensões catastróficas. Bolsonaro não apenas se eximiu de seu papel de chefe de Estado em promover medidas econômicas, sociais e sanitárias de enfrentamento à pandemia, como desestimulou o isolamento social, negou a gravidade da doença, promoveu aglomerações, incentivou o uso de medicamentos sem comprovação científica para o tratamento precoce da doença, retardou intencionalmente a aquisição de vacinas, entre outras infrações investigadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no Senado – por decisão do STF.

Seguindo a tendência mundial de aplicar políticas anticíclicas no enfrentamento à crise econômica, Bolsonaro sancionou em 1º de abril de 2020 a lei que instituiu a renda básica emergencial, um benefício monetário inicialmente previsto em três parcelas no valor de R\$ 600 — ressalte-se, contudo, que a proposta original de Paulo Guedes fixava um valor de R\$ 200 e que sua ampliação se deve à pressão de alguns parlamentares no Congresso. O auxílio emergencial, como ficou conhecido, destinou-se aos 13 milhões de beneficiários do Bolsa Família, ao público-alvo do programa inscrito no CadÚnico e aos trabalhadores precários e informais, maiores de 18 anos. Estes últimos pertencentes às seguintes categorias:

microempreendedor individual; contribuinte individual ou facultativo do Regime Geral de Previdência Social; trabalhador informal inscrito no CadÚnico; ou trabalhador com contrato intermitente inativo. Para as mulheres provedoras de família monoparental, o valor do benefício foi dobrado (R\$ 1.200).

Devido à extensa duração da crise sanitária e econômica, o auxílio emergencial foi sendo prorrogado ao longo de 2020 e, no total, foram pagas cinco parcelas de R\$ 600, de abril a agosto, e quatro parcelas de R\$ 300, de setembro a dezembro. Em março de 2021, a MP 1039/2021 prorrogou o benefício em mais sete parcelas com valores reduzidos e instituiu regras mais restritivas para acesso ao auxílio emergencial. A interrupção do pagamento do auxílio emergencial foi seguida pela instituição do Auxílio Brasil, um novo programa de transferência de renda que substituiu o Programa Bolsa Família. Implementado de forma arbitrária pela MP 1061/2021, sem qualquer debate nas instâncias de controle social democrático, o programa representa um retrocesso em relação ao Bolsa Família, na medida em que desconfigura a articulação com a rede socioassistencial e delimita um prazo para sua extinção, prevista para ocorrer em dezembro de 2022.

Em um país atravessado por uma desigualdade social histórica e estrutural, o auxílio emergencial teve impacto considerável na condição de vida da fração mais empobrecida da classe trabalhadora. Segundo estudo divulgado pelo IPEA (2020b), em setembro de 2020 cerca de 4,1 milhões de brasileiros sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do auxílio emergencial, que foi responsável por um aumento de 133% na renda domiciliar dos beneficiários mais pobres. Além disso, o auxílio emergencial compensou 54,5% das perdas de rendimentos causadas pela pandemia à massa salarial. Em que pese sua indiscutível importância para a sobrevivência imediata de milhões de brasileiros, o auxílio emergencial se revelou uma medida insuficiente diante da magnitude da crise econômica, como se verá a seguir.

3. DETERMINAÇÕES DO ATUAL PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL SOBRE A FOME E A POBREZA

As recentes contrarreformas promovidas pelos governos ultraneoliberais pós-golpe de 2016 aprofundaram a histórica desigualdade social no Brasil e agravaram a condição de pauperização e empobrecimento da classe trabalhadora. Numa perspectiva de totalidade, o atual desmonte de direitos e a dilapidação do fundo público devem ser compreendidos no quadro mais amplo da cadeia imperialista e do papel que o país tem ocupado na divisão internacional do trabalho.

O advento do neoliberalismo e a mundialização financeira, segundo Osório (2012b), constituíram os marcos da fundação do novo padrão de reprodução do capital na América Latina²: o padrão exportador de especialização produtiva. Diferente do padrão agromineiro exportador que prevaleceu no período de inserção inicial dos países latino-americanos no mercado mundial, de meados do século XIX até o início do século XX, o atual padrão exige maior grau de elaboração dos produtos exportados, os quais articulam-se às grandes cadeias produtivas globais sob o comando de empresas transnacionais. Em essência, “o novo padrão exportador apoia-se sobre matérias-primas (agrícolas, minerais ou de energia) e em alimentos, com algum grau de processamento, assim como em bens industriais nos quais predominam a atividade de maquila e, em menor medida, a produção em si” (OSÓRIO, 2012b, p. 116).

Este novo padrão emerge em substituição ao padrão industrial vigente na América Latina entre a década de 1940 e meados de 1970. Conforme o autor, “na maioria das economias, o novo padrão exportador implicou uma destruição importante de indústrias ou então seu reposicionamento no projeto geral, processos que foram caracterizados de desindustrialização” (Idem, p. 106). O deslocamento do eixo da reprodução do capital do padrão industrial, ancorado na substituição de importações, para o retorno à condição de país exportador de matérias-primas e alimentos ocorre em razão de uma reorganização do mercado mundial e de uma

2 Tomando como referência as formulações de Ruy Mauro Marini, o autor utiliza a categoria padrão de reprodução do capital para “dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados”. Nesse sentido, a categoria “estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura)” (OSÓRIO, 2012a, p. 40-41).

nova divisão internacional do trabalho que se impôs com a crise de meados dos anos 1970 e, mais adiante, com o crescimento dos mercados asiáticos – particularmente o da China. Acrescenta o autor:

Fala-se em especialização produtiva como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou maquila) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Em torno desses eixos, como produção de petróleo e derivados, soja, montagem de automóveis com graus diversos de complexidade, extração e processamento de cobre e outros minerais, maquila eletrônica, call center etc., articula-se a nova reprodução do capital, propiciando um tipo de especialização em atividades como as mencionadas, que tendem a concentrar os avanços tecnológicos que atingem a região (OSÓRIO, 2012b, p. 111).

Nos marcos do atual padrão exportador de especialização produtiva, os processos de reprimarização da pauta de exportações e desindustrialização têm agravado a dependência e a vulnerabilidade externa, na medida em que a política econômica se torna refém das flutuações do mercado externo. Nesse contexto, o país se tornou prisioneiro de uma dinâmica em que deve se manter permanentemente atrativo aos capitais internacionais a fim de assegurar o equilíbrio das contas internas. Para Paulani (2019, p. 53), a submissão do país às exigências dos credores tornou-se um círculo vicioso, no interior do qual “a economia se desindustrializa e vai, aos poucos, voltando ao seu papel de fornecedora de bens de baixo valor agregado, produtos agrícolas e recursos minerais”. Esta tendência se manteve durante os governos petistas e foi aprofundada pelos governos ultraneoliberais de Temer e Bolsonaro, conforme assevera a autora:

[...] na divisão internacional do trabalho, o Brasil se restringe hoje a seu papel de produtor de bens de baixo valor agregado, com destaque para os produtos agrícolas (soja, carne, celulose) e recursos naturais (minério de ferro, petróleo bruto), além de pagador de rendas à propriedade do capital, sobretudo do capital financeiro. Tudo o que se alterou no país desde a deflagração da crise econômica em 2014, principalmente depois do golpe de 2016, joga claramente no sentido da manutenção e consolidação desse quadro. Retrocedemos assim à segunda fase da história de nossa inserção no processo global de acumulação, com o agravante de que a dependência que ora padecemos é muito mais nociva do que aquela advinda das relações de troca no âmbito da comercialização dos bens e serviços. Seu palco é a conta capital e financeira do balanço de pagamentos: obrigados a engolir porções substantivas de ‘poupança externa’ a cada ano, comprometemos cada vez mais, com a remuneração do capital internacional, o valor excedente duramente extraído de nossa força de trabalho. O crescimento, se retornar de modo mais significativo (mas as perspectivas a curto

prazo são nulas), se dará nesses marcos: economia primária e extrativa; ausência de preocupação com a necessária ancoragem tecnológica; destruição de nossa pouca soberania; empregos precários e de baixo valor; crescimento da desigualdade funcional, de renda, regional; crescimento da pobreza e da miséria. O governo Bolsonaro, fascistoide e ultraliberal, só fará consagrar essa posição subalterna, sob os aplausos do mercado financeiro e da grande mídia conservadora (PAULANI, 2019, p. 55).

A elevação da demanda por alimentos durante o período de isolamento social na pandemia promoveu uma sobrevalorização dos preços da *commodities* no mercado mundial. O setor agrícola, em 2020, foi o único que se manteve em crescimento no Brasil. Em um cenário de recessão e depreciação cambial, os produtores de alimentos tendem a direcionar suas mercadorias para o mercado externo, o que reduz a oferta e encarece os produtos no mercado interno. Em função disso, os preços dos alimentos que compõem a cesta básica tiveram um aumento exorbitante, inviabilizando o acesso por parte de uma grande parcela da população. Entre janeiro de 2020 e março de 2022, o preço dos alimentos tiveram aumentos acima da inflação: tubérculos, raízes e legumes (+126,3%); óleos e gorduras (+95,4%); hortaliças e verduras (+80%); frutas (+46,3%); cereais e leguminosas oleaginosas (+43%), aves e ovos (+40,4%); açúcares e derivados (+35,6%); leite e derivados (+32,8%) e carnes (+30,9%), segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE. De acordo com o DIEESE, o preço médio da cesta básica, atualmente de R\$ 663,29, corresponde a cerca de 55% do salário-mínimo de R\$ 1.212.

Somada ao desemprego e à miséria, a inflação dos alimentos tem empurrado o país de volta ao mapa da fome. Segundo o relatório publicado recentemente pela Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), a insegurança alimentar grave em relação à população total no Brasil aumentou de 1,9% (3,9 milhões) entre 2014 e 2016 para 7,3% (15,4 milhões) entre 2019 e 2021. Já a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave em relação à população total aumentou de 37,5 milhões de pessoas (18,3%) entre 2014 e 2016, para 61,3 milhões de pessoas (28,9%) entre 2019 e 2021.

Durante a pandemia, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE registrou as maiores taxas de desocupação da série histórica, chegando ao

número recorde de 14,7% durante o primeiro trimestre de 2021. No tocante à concentração de renda e desigualdade, segundo o IBGE, em 2021 a parcela de brasileiros que faz parte do 1% com os maiores rendimentos mensais recebeu, em média, 38,4 vezes mais do que a metade da população do país com os menores rendimentos. A mesma pesquisa revelou que, entre 2020 e 2021, houve redução do rendimento médio em todos os domicílios, mas com maior intensidade naqueles que tinham beneficiários de algum programa social do governo. Assim, “enquanto o rendimento domiciliar per capita dos domicílios beneficiários do Bolsa Família se desvalorizou em 10,8%, entre os domicílios não beneficiários a perda foi de 5,4%” (IBGE, 2022, p. 9).

Os processos de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportações induzidos pelo atual padrão exportador de especialização produtiva têm agravado as condições materiais de sobrevivência da classe trabalhadora no Brasil. À medida em que se expande o agronegócio e a produção de alimentos para exportação, em detrimento da agricultura familiar produtora de alimentos para o mercado interno, acelera-se a desindustrialização e o desemprego, no mesmo passo em que a elevação do preço dos alimentos acentua a miséria e a fome. Um círculo vicioso que é reforçado pelas políticas de austeridade ultraneoliberais redutoras de direitos.

4. CONCLUSÃO

O empobrecimento da classe trabalhadora no Brasil é um dos reflexos do padrão exportador de especialização produtiva, que tem sido reforçado pela política entreguista e ultraneoliberal do atual governo. As dificuldades de valorização do capital no contexto de crise estrutural têm demandado das periferias um incremento nas taxas de mais-valia mediante o aumento da superexploração da força de trabalho, bem como a ampliação dos espaços de valorização dos capitais superacumulados através da conversão dos meios de vida em capital. O rebaixamento das condições de reprodução social da força de trabalho, nesse sentido, é uma das vantagens comparativas do atual padrão de reprodução do

capital em face da concorrência do mercado mundial.

O golpe jurídico-parlamentar de 2016 abriu caminho para a implementação de um severo ajuste fiscal e de uma agenda de ofensivas ao trabalho, às políticas sociais e ao meio ambiente que foram intensificados no governo Bolsonaro. A junção do ultraneoliberalismo com o neofascismo no Brasil resultou em uma gestão genocida da pandemia, cujo saldo pode ser medido em um monumental número de vidas perdidas, maior concentração de renda e riqueza, índices brutais de desemprego e miséria e uma profunda recessão econômica. Diante da tenebrosidade que paira sobre o planalto, cabe à classe trabalhadora a tarefa de derrotar o bolsonarismo e tomar para si as rédeas do país, na construção de um Brasil verdadeiramente digno de sua gente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

_____. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In:

Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público. Epitácio Macário... [et al.]. (org.). Fortaleza: EdUECE: Bauru: Canal 6, 2018.

_____. A economia brasileira e o contexto da pandemia. **Jornal dos Economistas**, n. 372. Rio de Janeiro: CORECON-RJ, 2020.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe:** a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DIEESE. **O novo desmonte dos direitos trabalhistas:** a MP 905/2019. Nota técnica, n. 215, novembro de 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec215MP905.pdf>. Acesso em: 18 de ago de 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Rendimento de todas as fontes 2021.** Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Economia mundial.** Carta de conjuntura, n. 47, 2º trimestre de 2020a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35873&Itemid=3 . Acesso em: 18/08/2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial**: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de setembro. Carta de conjuntura, n. 49, 4º trimestre de 2020b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201102_nota_10_microda_dos_setembro.pdf Acesso em: 18/08/2022.

LÖWY, Michael. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo liberal-conservador. Sobral-CE: Sertão Cult, 2020.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social nos anos 80 e 90. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ONU BRASIL. **Número de pessoas afetadas pela fome sobe para 828 milhões em 2021**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/189062-numero-de-pessoas-afetadas-pela-fome-sobe-para-828-milhoes-em-2021>. Acesso em: 18 de ago de 2021.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla et. al (org). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla et. al (org). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b.

PAULANI, Leda. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. In: **Revista Margem Esquerda**, n. 32, p. 48-56. São Paulo: Boitempo, 2019.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.